

1 O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS (CEDH-SC), no dia 09 de outubro de
2 2025, por meio de webconferência e com o uso da Ferramenta *Google Meet* realizou a 93ª
3 Reunião Plenária Ordinária do CEDH-SC, sob a condução do Conselheiro e primeiro
4 Secretário, Felipe dos Passos no exercício da Presidência, representante titular da Secretaria
5 de Estado da Fazenda - SEF. A reunião contou com a presença dos/as conselheiros/as
6 **Governamentais:** Katia Freitas da Silva, Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e
7 Família - SAS; Fabíola Fátima da Costa e Valdicéia Zulma Luciano Klausen, Secretaria de
8 Estado da Educação - SED; Felipe dos Passos, Secretaria de Estado da Fazenda - SEF; Sílvia
9 Cantarino Rocha dos Santos e Carlo Pegoraro Nicoloso, Secretaria de Estado da Administração
10 Prisional e Socioeducativa - SEJURI; Guilherme Fernando dos Santos Papini, Secretaria de
11 Estado da Indústria, do Comércio e do Serviço - SICOS; Leonardo Marcondes Machado e
12 Rodrigo Alessandro Ferreira; Secretaria de Estado da Segurança Pública - SSP; Julieth Nitz,
13 Secretaria de Estado da Casa Civil - SCC e Vanessa Regina Ostrowski, Instituto do Meio
14 Ambiente -IMA. E conselheiros/as da **Sociedade Civil:** Samantha Dias Gasperi, Associação
15 Scalabrini a serviço dos Migrantes; Erli Aparecida Camargo, Associação Serrana dos
16 Deficientes Físicos - ASDF; Vanessa Bianchi Rodrigues, Cáritas Brasileira Regional Santa
17 Catarina; Hélio Samuel de Medeiros, Central Única dos Trabalhadores - CUT; Danielle Cardoso
18 Mauricio Sobreira, Centro Dos Direitos Humanos de Itajaí; Lizandra Carpes da Silveira. Centro
19 Dos Direitos Humanos Maria Da Graça Bráz De Joinville; Yara Maria Moreira de Faria Hornke
20 e Gabriela Rabello, Conselho Regional de Psicologia da 12ª Região - CRP12; José Elito Ribeiro,
21 Instituto Movimento Humaniza SC. Como convidados, participaram Lucilene Binsfeld (Tudi) -
22 Conselheira da Gestão Anterior que ministrou o momento de Formação; Renê Beckmann
23 Johann Júnior - Defensor Público/SC; Ana Valesca - Sistema Nacional de Prevenção e
24 Combate à Tortura (MEPCT); Josciane Locateli e Kathelen, integrante da Frente Estadual pelo
25 Desencarceramento de SC. A Reunião contou ainda com a participação da secretária do
26 CEDH, Mônica Lipski e teve a seguinte pauta: Ordem do Dia: Abertura; Espaço de Formação -
27 Contextualização sobre a Criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos - apresentação:
28 Lucilene Binsfeld; Levantamento de quórum; Leitura e aprovação da ordem do dia; Justificativas
29 de ausências; Aprovação da Ata 92º; Devolutiva das ações da plenária anterior; Aprovação da
30 Minuta de Lei que Institui o Sistema Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Estado de
31 Santa Catarina (SEPCT/SC); Aumento de vagas para internação involuntária de pessoas em



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS DE SANTA CATARINA

32 situação de rua e Decreto municipal sobre a distribuição de alimentos em espaços públicos de
33 Florianópolis/SC; Encaminhamento do Regimento Interno do CEDH - Processo SST
34 00001434/2019; Nota pública sobre a PEC para acabar com cotas raciais nas universidades
35 estaduais de Santa Catarina. Momento das Comissões: Comissão Permanente de Legislação
36 e Normas; Comissão de Soluções Fundiárias; Comissão LGBTI +; Comissão de Monitoramento
37 de Violações de Direitos Humanos; Comissão Permanente de Políticas Públicas e Formação;
38 Comissão Especial de Garantias da População em Situação de Rua; Comissão de
39 Comunicação; Informes Gerais/Agenda Livre. Às 14h06, o Senhor Felipe dos Passos, Primeiro
40 Secretário, declarou aberta a 93ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Estadual de Direitos
41 Humanos de Santa Catarina, presidindo os trabalhos na ausência da Presidenta, Sra. Luzia, e
42 da Vice-Presidente, Sra. Ivone. Foi registrada a presença de dois novos conselheiros
43 governamentais: Fabiola Fátima da Costa (Secretaria de Estado da Educação) e Rodrigo
44 Alessandro Ferreira (Secretaria de Estado da Segurança Pública). Foram identificados 16
45 conselheiros, no exercício da titularidade, e 4 suplentes. Após a abertura, passou ao item
46 ESPAÇO DE FORMAÇÃO. A senhora Lucilene Binsfeld (Tudi) proferiu palestra com o tema
47 "Contextualização sobre a Criação do Sistema Nacional de Direitos Humanos". A palestrante
48 traçou um panorama histórico, desde a Declaração Universal de 1948 e a Conferência de Viena
49 de 1993, passando pela Constituição Federal de 1988 e pelas conferências nacionais, até os
50 esforços atuais para a implementação do Sistema. Destacou a importância de uma estrutura
51 articulada e descentralizada, inspirada no SUS e no SUAS, para integrar políticas públicas e
52 combater violações de direitos. Frisou a relevância da 13ª Conferência Nacional de Direitos
53 Humanos, marcada para dezembro de 2025 em Brasília, onde delegados eleitos nas
54 conferências estaduais, como a de Santa Catarina, levarão propostas para a construção final,
55 momento crucial para avançar nessa pauta. Ao final, respondeu a questionamentos e foi
56 agradecida pela contribuição. LEITURA E APROVAÇÃO DA ORDEM DO DIA. A ordem do dia
57 foi lida e aprovada por unanimidade. JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIA. Foram justificadas as
58 ausências da Presidente Luzia (motivo de trabalho), da conselheira Vanilda Antunes Correa
59 (participação em conferência), da conselheira Maria José Suárez López (participação em
60 conferência, Angela Cristina Pelicioli (compromisso pessoal). APROVAÇÃO DA ATA
61 ANTERIOR. A ata da 92ª Reunião Plenária, previamente circulada, foi aprovada por aclamação.
62 DEVOLUTIVA DAS AÇÕES DA PLENÁRIA ANTERIOR. Informado que não havia pendências



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS DE SANTA CATARINA

63 a relatar. APROVAÇÃO DA MINUTA DE LEI QUE INSTITUI O SISTEMA ESTADUAL DE
64 PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA. Relatores: Erli Camargo e Felipe dos Passos. Erli
65 explicou que há uma ação judicial tramitando contra o Estado para a criação do sistema. O
66 modelo utilizado foi inspirado no Estado do Mato Grosso. A estrutura do Sistema é composta
67 por dois órgãos: Comitê Estadual: Órgão deliberativo e consultivo, de controle e supervisão e
68 Mecanismo Estadual: Órgão executivo, composto por peritos, responsável por fiscalizações. O
69 documento na íntegra pode ser acessado em
70 [https://docs.google.com/document/d/1qjX91GPV0qEPv88hN56VFBdAq0q_H3CuJhYJAIAC6Y](https://docs.google.com/document/d/1qjX91GPV0qEPv88hN56VFBdAq0q_H3CuJhYJAIAC6Yw/edit?tab=t.0)
71 [w/edit?tab=t.0](https://docs.google.com/document/d/1qjX91GPV0qEPv88hN56VFBdAq0q_H3CuJhYJAIAC6Yw/edit?tab=t.0). Os principais pontos debatidos e deliberados: **Composição do Comitê:** Após
72 votação, foi aprovada a redução de 19 para 13 membros (6 do poder público, 7 da sociedade
73 civil); **Paridade de Gênero:** O termo "garantida" foi alterado para "priorizada" para evitar
74 entraves operacionais; **Presidência do Comitê:** Foi aprovado que a presidência será cativa do
75 CEDH, e a vice-presidência, da sociedade civil. **Processo Eleitoral:** Foi mantida a dispensa de
76 CNPJ para movimentos sociais, com a previsão de inclusão de cláusula sobre "reputação
77 ilibada" dos membros para mitigar riscos. **Vinculação do Mecanismo:** Decidiu-se que o termo
78 "vinculado administrativamente" será substituído por "integrante da estrutura" de uma
79 Secretaria de Estado (a ser definida), garantindo autonomia funcional. **Seleção de Peritos:** O
80 processo seletivo será conduzido pelo Comitê, por meio de edital público, com análise de
81 currículo e arguição pública, assegurando transparência e independência. **Orçamento e**
82 **Cargos:** Foram identificados como pontos que necessitam de consulta técnica à Diretoria de
83 Orçamento da SEF (Dior) e à Casa Civil, respectivamente, para adequada previsão de dotação
84 orçamentária e criação dos cargos comissionados para os peritos. **Encaminhamento:** A
85 minuta foi aprovada em sua essência, com a incumbência da Comissão de Legislação e
86 Normas, com o apoio do conselheiro Felipe dos Passos, de realizar os ajustes de redação
87 técnica e as consultas necessárias antes do encaminhamento formal ao Governo do Estado.
88 AUMENTO DE VAGAS PARA INTERNAÇÃO INVOLUNTÁRIA E DECRETO MUNICIPAL
89 SOBRE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS. A secretária do CEDH explicou que em reunião da
90 Mesa Diretora foi deliberado pelo envio de ofício ao Ministério Público de Santa Catarina
91 (MPSC) ao Promotor de Justiça da 40ª Promotoria de Justiça da Comarca da Capital do
92 Ministério Público do Estado de Santa Catarina, Jadel da Silva Júnior, em atenção à Portaria
93 nº 0022/2025/40PJ/CAP, de 11 de julho de 2025, que instaurou o Inquérito Civil nº.



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS DE SANTA CATARINA

94 06.2025.00002310-0. Foram solicitadas providências em relação ao aumento do número de
95 vagas para internação involuntária de pessoas em situação de rua e, de modo mais grave, o
96 possível encaminhamento compulsório de uma pessoa para outra cidade. E também, foi
97 enviado ofício ao Promotor de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional dos
98 Direitos Humanos, Eduardo Sens dos Santos, sobre o Decreto Municipal nº 28.550/2025, que
99 institui o programa "Marmita Legal" e restringe a distribuição de alimentos à população em
100 situação de rua à Passarela da Cidadania e sedes de ONGs. Outra medida tomada foi um
101 pedido de esclarecimento formal à Prefeitura de Florianópolis sobre o Decreto da "marmita
102 legal". A secretária do CEDH explicou que os temas estão sendo tratados com prioridade na
103 Comissão de População em Situação de Rua, que se reuniria na terça-feira seguinte com a
104 participação do MPSC e Defensoria Pública. ENCAMINHAMENTO DO REGIMENTO
105 INTERNO DO CEDH. O processo SST 1434/2019, que trata do Regimento Interno, foi
106 devolvido pela Casa Civil ao CEDH após anos de tramitação. O assunto será remetido à
107 Comissão Permanente de Legislação e Normas para análise e elaboração de uma nova
108 proposta viável para apreciação do plenário. NOTA PÚBLICA SOBRE A PEC PARA ACABAR
109 COM COTAS RACIAIS. O conselheiro José E. Ribeiro alertou sobre a proposta de emenda à
110 Constituição Estadual que visa extinguir as cotas raciais nas universidades estaduais. Foi
111 apresentada uma minuta de nota técnica, baseada em documento da Nova Frente Negra
112 Brasileira. O conselheiro José E. Ribeiro se comprometeu a ajustar o texto, reforçando a
113 centralidade do recorte racial (em vez de um recorte social). A versão final será circulada no
114 grupo de whatsapp do conselho para aprovação por consenso antes da publicação. MOMENTO
115 DAS COMISSÕES / INFORME GERAIS. Foi registrado que as comissões permanentes e
116 especiais do CEDH estão ativas e se reunindo, trazendo pautas relevantes, porém devido ao
117 tempo estendido gasto no item 8 (Lei do Sistema de Combate à Tortura), os informes
118 detalhados de cada comissão foram adidos para a próxima reunião plenária. Aos (às)
119 interessados (as) que queiram obter informações na íntegra, poderão buscá-las junto à
120 Secretaria do CEDH-SC, para acesso a gravação da reunião, a qual também está disponível
121 no Canal do Conselho no [YouTube @conselhoestadualdedirhumanos](#). Às 17h25, não havendo
122 mais assuntos a tratar, o senhor Felipe dos Passos encerrou a reunião, agradecendo a
123 participação de todos e a contribuição dos palestrantes e convidados. A Ata foi lavrada pela
124 secretária, Mônica Lipski e, juntamente com o primeiro secretário, assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **AX56R04Q**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LUZIA MARIA CABREIRA (CPF: 653.XXX.169-XX) em 27/11/2025 às 16:35:08

Emitido por: "SGP-e", emitido em 20/08/2025 - 14:18:34 e válido até 20/08/2125 - 14:18:34.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MTfhMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX0FYNTZSMDDR> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **AX56R04Q** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.